

(RE)CONSTRUINDO AS RELAÇÕES DE TRABALHO?

Lucas Henrique da Luz¹

Resumo: O texto que segue objetiva demonstrar que o sistema hegemônico atual mercantilizou as relações das pessoas, inclusive no que tange aos processos produtivos. Nesse contexto, talvez, muitas pessoas jamais conheceram a oportunidade de trabalhar realmente, de participar da construção de verdadeiras relações de trabalho. Tiveram que se contentar com o labor como forma de sobrevivência. Contraditoriamente a este fato, a sociedade continua buscando sentidos para a vida das pessoas e possibilidades de realização no mundo do trabalho. Evidencia-se então a necessidade de se re(construir) verdadeiras relações de trabalho. Mas as respostas de como e onde fazê-lo, parecem não virem num curto espaço de tempo e terem formulações diversas. Atualmente uma das possibilidades que se apresenta é a economia solidária, em função dos seus princípios e da forma que vem ganhando espaço no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: trabalho; labor; relações de trabalho e economia solidária.

1. Introdução

Conceito pode ser definido como: “formulação de uma idéia por palavras, definição. Pensamento, idéia, reputação e/ou fama. Parte da charada, logrogrifo, etc., na qual se dá a chave

¹ Lucas Henrique da Luz é Administrador com Habilitação em Recursos Humanos e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas - PPGCSA/UNISINOS. É Membro do Programa Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários / UNISINOS e Professor da Unopar – Unidade de Garibaldi/RS.

para a solução proposta”². Começar um artigo desta maneira parece algo tão incomum quanto ler dicionários em ordem numérica de páginas, ou seja, sem estar buscando um termo específico. O sujeito que o fizesse seria taxado, provavelmente, de maluco ou no mínimo, como uma pessoa de hábitos estranhos. Porém, a prática, o dia a dia das ciências coloca esta percepção em contradição, uma vez que todas as áreas, sejam elas exatas e/ou humanas, acabam por tentar definir os conceitos que mais utilizam, através da junção do menor número de palavras possível. O resultado é, muitas vezes, o engessamento de certos termos, que acabam por perder sua amplitude, sua diversidade, suas particularidades, dentre outros. Por isso é que talvez se devesse ter o “conceito” como um conjunto de linhas mestres, como essência do termo que tentamos definir e não como a definição propriamente dita. Mais do que isso, saber e admitir que os “conceitos” são perpassados pela subjetividade de quem os elabora, de quem os lê, etc. Podem provocar diferentes reações, diferentes níveis de aceitação, de concordância ou discórdia, conforme seus protagonistas, o ambiente e o cenário onde estão envolvidos. Portanto não se está aqui apregoando a abolição das definições, dos conceitos, mas sim a preocupação em relacioná-los com o cotidiano, com os agentes envolvidos e a partir de então, buscar as reflexões. Mais do que isso, perceber o quanto importante foram e são afirmações como as de Heráclito, que mostrou a única certeza do Universo: a certeza da mudança. Sua afirmação continua pertinente aos dias de hoje, se aplicando muito bem a necessidade da redescoberta, da rediscussão dos conceitos, e conseqüentemente, de algumas práticas da sociedade atual.

Esta pequena introdução (apesar de parecer desconecta ao tema do artigo) mostra o quanto complexo podem se tornar qualquer tipo de discussão a respeito de conceitos e das construções práticas realizadas a partir deles e faz notar que discutir o mundo do trabalho é algo extremamente complexo.

² Definição da palavra “Conceito” retirada do Dicionário Aurélio.

Mundo este que perpassa muito mais que uma simples realidade econômica, abrangendo aspectos que formam o cerne da vida humana, tais como, as questões relativas a pessoa enquanto indivíduo, a identificação do sujeito, seu auto-reconhecimento e o reconhecimento do grupo. Envolve relações materiais (de sobrevivência) e relações afetivas (do viver efetivamente). Soma-se a tudo isto ainda a questão das mutações constantes por que passa a vida humana e, conseqüentemente, a metamorfose que hoje domina o mundo do trabalho.

Numa breve análise do cenário brasileiro atual em termos de mercado de trabalho e, por conseguinte, de distribuição de renda, percebe-se mudanças que ocorrem numa velocidade espantosa. Exemplos são as relações de trabalho sem o vínculo do emprego (precarização ou não do trabalho), o surgimento de formas alternativas de trabalho (formais e informais), a prestação de serviços de um mesmo profissional para várias empresas (terceirização e quarteirização), a rotatividade de funções e, até mesmo, de empresas por parte dos trabalhadores, dentre outros. A diversidade dos termos utilizados para mostrar tendências e avaliações a respeito do que está acontecendo com o trabalho revela a profundidade das transformações e, mais do que isso, a dificuldade de se entender o que o homem entende, quer e precisa como trabalho: Alvin Toffler acha que o caminho vai na direção de um trabalho intelectual, embalado na terceira onda; Domenico De Masi acena com um agradável ócio criativo, ativo; Manuel Castells mostra as perspectivas do trabalho em rede; Pierre Lévy aponta para um universo coletivo de inteligência compartilhada; Guy Aznar aponta para menos trabalho e Jeremy Rifkin para o seu fim³. Inseridas neste contexto estão as relações de trabalho e os indivíduos que estão por trás delas. As mudanças no mercado de trabalho constituem o problema central do desenvolvimento social, tanto em países altamente

³ Texto disponível em www.ppbr.com/ld/actrab.shtml, em 07 de setembro de 2002.

industrializados como em países em desenvolvimento (TESCH, 1995).

Não bastasse a enrosco que são tais relações e, portanto, as dificuldades geradas por elas próprias, o que se tem hoje é um paradigma hegemônico que insiste em transformar e reduzir todas as relações a “simples” trocas mercantilistas. Ele Impregnou nas pessoas uma lógica utilitarista, hiper-competitiva, onde para realizar algum ato ou desencadear alguma ação, o indivíduo necessita receber uma recompensa compensadora em troca. Na verdade, o que busca, é fazer trocas que lhe permitam dizer que conseguiu vantagens mercantis. Assim, realizadas estas trocas mercantilistas, geralmente regidas por um vínculo formal, se esgotam as relações. As partes envolvidas, voltam a tornarem-se desconhecidas, desvinculadas, sem a existência de um compromisso mútuo.

Fácil perceber que esta é a lógica da economia capitalista. A eficiência capitalista não toma em conta, senão utilitariamente, os benefícios sociais a serem gerados pela ação econômica, tais como postos de trabalho, valorização do ser humano, qualidade de vida e outros. (GAIGER apud CATTANI, 2003). O capitalismo tende então, a eliminar do convívio humano o vínculo que não seja determinado por motivos econômicos. A dívida passa a não ter espaço nesta sociedade. Dívida que, pela sua natureza, propõe um risco, onde um indivíduo realiza uma ação a partir da qual, surge um comprometimento por parte de outro(s) indivíduo(s), porém, sem ser este vínculo formal. Não há a obrigatoriedade formalizada do dar, nem do receber e muito menos do retribuir. É uma relação fundada num vínculo pessoal. Alain Caillé define a dívida como “toda ação ou prestação realizada sem espera, garantia ou certeza de retribuição e, comportando unicamente por este fato, uma dimensão de gratuidade” (CAILLÉ, 1998). A dívida é, ao mesmo tempo, obrigatória e espontânea, gratuita e interessada, incondicional e condicional. (LECHAT e SCHIOCHET apud CATTANI, 2003).

Portanto, diante das considerações, fica extremamente difícil definir o que realmente é trabalho, o que os homens

buscam no trabalho e mais, será necessário reconstruir ou construir o trabalho atualmente? Ou seja, quantas pessoas será que nunca tiveram a oportunidade de trabalhar verdadeiramente? O certo é que, mesmo diante das dificuldades conceituais, da redução a racionalidade econômica, das mutações dos arranjos sociais, gerando redes muito mais de exclusão do que inclusão, o trabalho continua sendo uma das ou a centralidade da vida humana. Diante de tudo isto se coloca o trabalho e suas relações em crise, tentando mostrar que ele não mais seria figura central na vida das pessoas. Mas a nossa certeza é a de que o trabalho continua tendo esta condição. Conforme Antunes (2003, p. 83):

Ao contrário daqueles autores que defendem a perda da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea, as tendências em curso, quer em direção a uma maior intelectualização do trabalho fabril ou ao incremento do trabalho qualificado, quer em direção à desqualificação ou à sua subproletarização, não permitem concluir pela perda desta centralidade no universo de uma sociedade produtora de mercadorias.

Ou seja, o contexto atual é altamente complexo, uma vez que sociedade foi capaz de eger o trabalho como um das centralidades da vida porém não foi capaz de descobrir que trabalho será esse e como pode ser praticado no cotidiano humano, fazendo com que as pessoas entendam-no de uma forma muito reducionista, tirando dele sua dimensão mais humana, social e realizadora.

2. O Trabalho?

Definir o que é trabalho nunca foi pretensão do presente artigo. Mais ainda, ter que defini-lo através de alguns termos organizados um após o outro, de forma a construir um conceito único, seria já de cara, um passo para que se ocorra num erro que por inúmeras vezes é cometido pois, por mais completo que

resulte o conceito criado, sempre representará uma definição simplista diante da complexidade que envolve o trabalho e suas relações.

Num simples dicionário ele é definido como “atividade que gera uma ou mais utilidades e que também possui custos, tendo por característica o envolvimento de atividades físicas e mentais do indivíduo, aplicadas às coisas, visando dela obter uma utilidade para si ou para outrem” (MAIA, 1980). Já, um dicionário de sociologia, traz a palavra trabalho como sendo, do baixo latim, *tripalium*: instrumento de tortura. Ou ainda, trabalho definido como ação do homem que, pela intervenção de todo o seu ser e graças a sua capacidade de antecipação racional, domina a natureza para a fazer servir aos seus fins e de modo a permitir a sua própria realização. Na verdade esta definição pode ser completada de várias formas, uma vez que trabalho compreende sempre uma definição do homem e do seu lugar no mundo. Por exemplo: “é o conjunto das ações que o homem, com um fim prático, utilizando o seu cérebro, as suas mãos, utensílios e máquinas, exerce sobre a matéria, ações que, por seu lado, agem sobre o homem, modificando-o”. (FRIEDMANN, apud BIROU, 1966, p. 409). Ou também, é a “única fonte de riqueza das nações” (SMITH apud BIROU, 1966, p. 409). Marx considerava o trabalho como única fonte de valor, porém já alertava para sua redução a simples mercadoria pelo capitalismo.

Mais do que a forma como se define trabalho, é importante perceber o quanto ele significa para as pessoas. Todos nascem trabalhadores, precisam do trabalho para se realizar. Sua complexificação foi levada de tal forma que acabou dando a ele uma função muito mais econômica do que social. Porém, mesmo que autores como Claus Offe mostrem que a sociedade do trabalho está em crise, à medida que o trabalho remunerado formal perdeu sua qualidade subjetiva de centro organizador das atividades humanas, da auto-estima e das referências sociais, assim como das orientações morais, tornando-se impróprio para a fundamentação da identidade (ANTUNES, 2003), o trabalho ainda é tido pela humanidade como relevante fonte de referência.

Importante é perceber que a fase vivida atualmente é uma fase de transição, onde o trabalho em nossa sociedade (que se denomina de sociedade do conhecimento, ou pós-industrial, ou ainda da informação) é tido como a capacidade de criar, inovar, de interagir em redes mundiais, de ser empreendedor, de criar novas relações, de ser ao mesmo tempo um agente transformador local, conectado com um mundo cada vez mais global. Mas, infelizmente, a sociedade e os indivíduos não foram preparados para tal. Porém, mesmo que se viva hoje esta fase de transição na formatação do mundo do trabalho, como descrito nas idéias citadas acima, as pessoas ainda buscam nele uma fonte de realização, uma fonte de centralização de suas identidades. Portanto logo se percebe que a função social do trabalho cada vez mais deixa de se concretizar no cenário atual. O trabalho assalariado formal está se transformando de regra em exceção e privilégio, uma espécie de apanágio de uma elite de trabalhadores. Na realidade o trabalho como fonte de realização está sendo privilégio de muito poucos. Presencia-se uma sociedade em que muitas pessoas não possuem trabalho, outras possuem formas informais para sobreviverem e ainda, muitos trabalhadores assalariados formais estão totalmente ou muito insatisfeitos com suas ocupações. Somada a esta fase está um agravante de que o mundo globalizado é extremamente capitalista, forjado sob um paradigma hegemônico que insiste em transformar e reduzir todas as relações a relações mercantis, regidas pela racionalidade econômica.

Por outro lado, sabe-se que o homem precisa de vínculos afetivos para se realizar, para buscar sua auto-motivação. A motivação da vida humana está diretamente ligada à afetividade. O trabalho, pela sua função social, por ter sido eleito como uma das ou ainda, como a centralidade da vida humana, precisaria e poderia ser um espaço que garantisse a construção de laços afetivos entre as pessoas, que permitissem aos sujeitos exercerem sua subjetividade, sua criatividade, terem autonomia e vínculos com as demais pessoas e instituições. Vínculos esses não apenas formais e econômicos, mas também vínculos morais, culturais,

sociais, afetivos, etc. Como poderá o homem realizar-se em seu trabalho se este foi reduzido e esmigalhado numa divisão que objetiva apenas a superação continuada dos níveis quantitativo e qualitativo da produção, independente das conseqüências trazidas por esta objetização? Para visualizar a complexidade desta problemática e sua influência na vida dos seres humanos, em seus mais variados aspectos, se faz necessário relatar alguns aspectos da divisão do trabalho que muito contribuíram para se chegar a atual situação.

Segundo Lakatos (1985, p. 218-219) “a divisão do trabalho, entre indivíduos e grupos, é universal: tem sua origem no início da vida humana grupal e pode ser encontrada em todas as sociedades do passado e do presente.” Ressalta ainda que a primeira divisão se dava em função do sexo e da idade, sendo que características como a força, a habilidade e outras, definiam o que homens e mulheres realizariam, conforme ainda os anos de vida que possuíam. Nas sociedades ocidentais arcaicas do Mediterrâneo (como Micenas), esta divisão já dava sinais de acentuação. (FRIEDMANN, 1983). Porém, o capital não se satisfaz com esta divisão natural e implementou e vem implementando, uma organização do trabalho cada vez mais dividida “artificialmente”, em busca da especialização que pode ser entendida, em função das práticas adotadas, muito mais como a “mecanização do homem” do que como o acúmulo de conhecimentos especializados. Ou seja, a mecanização trazida e intensificada pelas revoluções industriais foi fator determinante no aumento da divisão do trabalho. Também foi realizada a especialização das próprias máquinas, além dos homens. Tudo visto com extrema normalidade e, na grande maioria dos casos, se justificando as conseqüências negativas como um custo normal diante de uma visão progressista que tem no desenvolvimento econômico, o “deus” capaz de resolver os problemas que a sociedade vem acumulando ao longo dos anos. Para Friedmann (1983) uma crença que dominava os homens no final do século XIX e no início do século XX era a de que a divisão do trabalho faz parte do processo de evolucionismo,

estando gravada no próprio curso do progresso e que a crescente divisão do trabalho e das funções, se complementaria naturalmente pela harmonia das especialidades. Portanto, a fragmentação das tarefas estaria no mito progressista da grande maioria dos engenheiros do velho mundo. Porém muitos técnicos, administradores, trabalhadores e outros, apresentam esta visão até hoje.

Desta forma, o trabalho acaba por se desqualificar naturalmente. Quanto mais o trabalho for dividido, a tendência é de que as tarefas se tornem cada vez mais simples, mais fáceis de serem aprendidas, exigindo menos pensar e mais mecanizar as ações, desqualificando quem as executa e ainda, permitindo que “qualquer” indivíduo a realize com poucos dias ou horas de treinamento, o que mantém uma certa dominação dos donos do capital sobre os trabalhadores. A qualificação passa a ter que ser buscada pelos trabalhadores fora de suas empresas, uma vez que seus ofícios estão reduzidos a um universo muito pequeno, que acaba lhes desqualificando gradualmente. Aprendem cada vez mais a fazerem menos. Qualificação é tida, na maioria dos casos, como sinônimo de mais velocidade, de maior produção. Quanto mais rápido o operário de uma metalúrgica consegue desenvolver sua tarefa, ou quanto mais máquinas ele consegue monitorar ao mesmo tempo, mais qualificado ele é. Para Friedmann (1983, p. 47) “o trabalhador acaba atrofiando sua capacidade de pensar e, quando desafiado a fazer tarefas mais complexas, o que poderia lhe resultar em mais satisfação, acaba sendo resistente, pois não quer mais pensar para trabalhar”.

Assim, o trabalho continua sendo a fonte onde o ser humano vai tentar buscar sua realização, formatar sua identidade, mas diante de tamanha divisão e especialização, ele acaba por não ter suas expectativas correspondidas. Trabalhar acaba sendo algo extremamente maçante, cansativo e penoso. A frustração das pessoas com o trabalho nas palavras de Drucker (apud FRIEDMANN, 1983, p. 65):

A produção em série tradicional implica para o operador três causas latentes de perturbações: a automatização do trabalho, reduzido a um único movimento, aumenta a fadiga, conduz a danos fisiológicos e nervosos (tiques, dores de cabeça, surdez, neurites). Em segundo lugar, o operário fica sujeito a seguir a cadência do operador mais lento da cadeia, sem poder trabalhar segundo seu ritmo pessoal, do que resultam ainda aqui, fadiga, irritabilidade, explosões e nervosismo. Enfim, o operário não efetuando jamais um trabalho completo com o qual possa identificar sua atividade pessoal, se acha privado de interesse e frustrado.

Portanto, não surpreende o aumento do número de pessoas com problemas de depressão, de doenças mentais e físicas, bastante relacionadas com o trabalho.

Diante dos fatos apresentados, pode-se perceber que é muito difícil definir o trabalho, muito em função do que vem ocorrendo ao longo dos anos. O certo seria defini-lo como fonte de prazer ou de sofrimento? Como espaço de autonomia, de subjetividade, ou como dominação e submissão? Uma série de questionamentos poderia ser feita diante de um conceito uno de trabalho, uma vez que ele é perpassado por uma perspectiva histórica. Mas, em função de se acreditar no trabalho como centralidade na vida das pessoas (fato descrito acima e que pode ser percebido nas situações do cotidiano), como fonte da construção de identidade, como propulsor de motivação, como forma de suprimir necessidades físicas e psíquicas diretamente ligadas ao todo da vida das pessoas, se propõe, a seguir, uma distinção entre o que verdadeiramente pode ser este trabalho e o que não o é, ao que denominamos de labor. Reforçando a pertinência de distinções como esta, citamos Antunes (2003, p. 183):

A forma assumida pela sociedade do trabalho abstrato que possibilitou, por meio da constituição de uma massa de trabalhadores expulsos do processo produtivo, a aparência da sociedade fundada no descentramento da

categoria trabalho, na perda da centralidade do trabalho no mundo contemporâneo. Mas o entendimento das mutações em curso no mundo do trabalho nos obriga a ir além das aparências e, ao fazer isso, procurei mostrar que o sentido dado ao ato laborativo pelo capital é completamente diverso do sentido que a humanidade pode conferir a ele.

Vale destacar que esta distinção proposta foi realizada muito mais no sentido de descrever o significado do verdadeiro trabalho, o que se acredita que ele pode ser e trazer na prática, do que no sentido de se construir um conceito propriamente dito.

3. Trabalho e Labor

Apesar de muitas vezes não se atentar para essa diferenciação, sendo comum denominarmos tudo de trabalho, este é diferente de labor. Para Heller (apud FRIEDMANN, 1983), Marx já fazia uma distinção utilizando dois termos distintos para caracterizar o que denominava de dupla dimensão do trabalho: *work* e *labour*. O primeiro (*work*) realiza-se como expressão do trabalho concreto, que cria valores socialmente úteis. O segundo (*labour*) expressa a execução cotidiana do trabalho, convertendo-se em sinônimo de trabalho alienado. Na realidade não existem muitas provas desta diferenciação, porém uma é marcante. Todas as línguas européias, tanto antigas como modernas, possuem dois termos de etimologias diferentes para designar o que hoje, se reduz a mesma coisa: trabalho. (ARENDDT, 1999). Ainda, a palavra labor jamais indica o produto final. Já, o termo trabalho é costumeiramente utilizado para esta indicação. Mas o paradigma hegemônico coloca como única verdade o sistema econômico atual, que reduziu trabalho a labor, que dissolveu os vínculos, que transformou as relações em trocas mercantis.

O labor é um processo que pode ser individual ou coletivo, que busca atender uma ou mais necessidades do indivíduo. Ele se move no mesmo círculo do processo biológico,

é interminável, uma vez que acompanha a vida. O fato de ser produzido para atender necessidades vitais dos indivíduos, acaba fazendo do labor uma continuidade obrigatória, uma rotina, que geralmente é acompanhada pelo sofrimento. A escravidão foi uma forma de tentar excluir o labor da vida de alguns privilegiados, subjugando tarefas obrigatoriamente necessárias à sobrevivência humana a outros, no caso, os escravos (ARENDRT, 1999). Ainda, o labor é consumido no momento da sua produção, não sendo passível de acumulação.

Por outro lado, o trabalho presume criatividade, acrescenta artifícios à vida humana, pois pode ser acumulado, pode resultar em produtos finais e não é totalmente consumido no momento de sua produção. Os produtos do trabalho, e não do labor, garantem a permanência e a durabilidade sem o qual o mundo não seria possível. O trabalho termina quando o objeto, aquilo que se pretende está pronto, portanto não é cíclico como o labor. São nos espaços de trabalho que modelamos subjetividades e que damos conta da complexidade da vida. No trabalho é que existem possibilidades para as pessoas constituírem-se como indivíduos, como cidadãos. Ele pressupõe criatividade, gera uma descontinuidade, uma complexidade, evidencia subjetividades, diferenciações, inovações. Ao mesmo tempo, convive com incertezas, conflitos, etc., com a pluralidade. O simples ato de pensar, em si e por si só, é labor. Porém, no momento que o homem materializa seus pensamentos e suas idéias em objetos, passa a ser trabalho. Os bens de consumo exigidos pelo nosso corpo são produzidos pelo seu labor e são materializados em objetos de uso da vida humana pelo trabalho. Se só se tivesse o labor não se conheceriam as coisas, por exemplo.

Assim, percebe-se facilmente que a sociedade “moderna” se organiza no labor, não conseguiu entender o trabalho. A organização industrial se deu e se dá, na grande maioria dos casos, organizada no labor e não no trabalho. Poucos detêm a apropriação dos capitais e mantém os trabalhadores dentro de uma rotina, de uma continuidade definida pela objetividade e

pela racionalidade econômica. Suas atividades limitam-se ao labor e, mesmo gerando para eles sofrimento, continuam a fazê-las, pois necessitam laborar para atender sua necessidade de sobrevivência. Ou seja, a “era moderna” glorificou o que denomina de trabalho como a fonte de todos os valores. Porém, reduziu este trabalho a labor. Separou o trabalho produtivo do improdutivo, dividiu as atividades em trabalho manual e intelectual.

Baseando-se nestas constatações se pode afirmar que ao pensar em uma (re)construção das verdadeiras relações de trabalho, se é que este já existiu, far-se-á necessário romper a organização baseada no labor. Deve haver a desapropriação, a ocupação de espaços pelo trabalhador. O trabalho é um espaço de cooperação, de diferenciação e não o labor. Sempre que a cooperação se fundamentar no paradigma do labor, ter-se-á uma cooperação voltada à manutenção do equilíbrio e não a busca do rompimento. É a cooperação que as empresas organizadas com base no atual sistema hegemônico buscam. Uma cooperação mecânica que mantém seu equilíbrio enquanto empresas capitalistas, qual seja, de lucrar cada vez mais. Esta lógica é mantida como totalitária, sendo que as iniciativas contrárias a ela são esmagadas. Desvirtuam-se, muitas vezes, mecanismos como os programas de qualidade total, para manter um equilíbrio, ao menos aparente. Ignora-se que o conflito é algo normal, eliminando-o artificialmente, deixando de lado o fato de não existir um paradigma único, absoluto. Portanto, para se (re)construir espaços de trabalho é e será necessário avançar para além dos processos de labor, rompendo com a racionalidade imposta pelo modelo hegemônico, devolvendo para as relações de trabalho a dádiva, o comprometimento, alcançando um paradigma de cooperação qualificado e não instrumentalizado (ALBUQUERQUE apud CATTANI, 2003). É necessário que se supere a cooperação capitalista, definida por Marx, e que se atinja uma cooperação qualificada, que permita benefícios mútuos aos indivíduos cooperadores, benefícios que deverão ir além de vantagens econômicas. Tudo isto para que não se

repitam os erros e problemas do atual modelo dominante E neste sentido a ES parece ser um espaço propício para tal.

4. Algumas Considerações a cerca da Economia Solidária (ES)

O presente artigo não objetivou entrar na discussão mais aprofundada do que é a ES, mas um breve e raso mergulho em alguns aspectos (histórico, princípios, motivações e outros) se faz necessário.

Frente a completa mercantilização do trabalho, categoria tão importante à existência humana, que foi diminuído a labor, a fonte de sofrimento e de vida indigna em muitos casos, e ainda diante de um contingente enorme de pessoas que não têm acesso nem mesmo a espaços de labor, ficando desprovido de formas de garantir sua subsistência, é normal e positivo que surjam novas alternativas de organização da sociedade, em suas várias dimensões. Dentre elas está a ES, cuja atuação deve realmente quebrar os paradigmas mercantis que dominam as relações da sociedade atual, dando importância para outros tipos de eficiência, além da econômica, para medir o sucesso das instituições. Portanto, empreendimentos da ES são variados em sua forma, mas todos visam romper uma lógica existente, transformando-se num verdadeiro movimento social⁴.

A ES teve seu início já nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego, resultantes da difusão «desregulamentada» das máquinas-ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. Foram formadas cooperativas como tentativas, por parte de trabalhadores, de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. A empresa solidária nega, ainda hoje, a separação entre trabalho e posse dos meios de

⁴ Entendemos Movimento Social conforme descrito por MELUCCI, 2001.

produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. Pelo contrário, nos grupos e/ou empreendimentos da ES eles estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa⁵.

Para o atual Secretário Nacional de ES, Paul Singer ela "é um modo de organizar atividades econômicas de produção, consumo e crédito, que almeja completar as igualdades de direitos entre os que se engajam nessas atividades, através de empreendimentos solidários de auto-gestão"⁶.

Nesta definição já se percebe claramente que, diferente do capitalismo, a ES foge da racionalidade econômica. Trata a economia como parte integrante e dependente da sociedade. Já, o primeiro percebe a economia como uma esfera independente da vida social, cujo funcionamento requer, muitas vezes, o sacrifício social, político, cultural e natural (SANTOS, 2002). A ES, ao menos por princípios e portanto teoricamente, prevê a preservação do meio ambiente, a preocupação com a comunidade, a não discriminação racial e cultural, a cooperação, o mutualismo, a democracia, a participação, o igualitarismo, a auto-sustentação, dentre outros. Propõe que todas as ações sejam pensadas de forma a não criarem reflexos negativos sobre a sociedade, sobre homens e mulheres. Ou seja, pode ser entendida como a pluralidade tanto de ações como de reflexos, encarando o associativismo enquanto processo fundado nesta pluralidade, sem ter pretensão de verdade (ALBUQUERQUE apud CATTANI, 2003).

A cooperação, o mutualismo, bem como os demais princípios da ES detém, por definição, um sentido de ação e um sentido de movimento coletivo, sempre em oposição a perspectiva individual e individualista. (JESUS E TIRIBA apud CATTANI, 2003). Portanto, o trabalho dentro da ES não se

⁵ SINGER, Paul in: <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/difusao.html>, na data de 22 de abril de 2005.

⁶ In: <http://www.setor3.com.br/senac2/calandra.nsf>, na data de 10/04/2005.

limitaria a simples trocas, não se assemelharia a um contrato de trabalho mercantil, não resultaria apenas em um amontoado de ações individuais dentro de uma cooperativa, ou de uma associação, ou grupo organizado em outra formatação. Neste sentido, a gestão dos empreendimentos alternativos, da ES, torna-se fundamental. Deverá ser uma gestão holística, de forma a administrar as dinâmicas econômicas e as não-econômicas (culturais, sociais, afetivas, políticas, etc.) (SANTOS, 2002). Mais do que isso, tem os princípios da ES como balizadores e não como forma de limitação, como molde rígido, modelando a cooperação, ritualizando e rotinizando a participação das pessoas, como nos processos de labor. A pluralidade, os conflitos, a inexistência de uma só lógica de gestão para todas as iniciativas, devem ser aspectos sempre presentes quando se pensa a constituição e o funcionamento de um verdadeiro empreendimento solidário, diferente e contrário a lógica existente.

5. Considerações Finais

De acordo com o que foi abordado neste artigo, o atual sistema econômico e social não consegue mais atender às necessidades básicas das pessoas, seja em relação a demandas financeiras, como também e principalmente, em relação às suas necessidades enquanto cidadãos. Dentro deste contexto, o trabalho como gerador de renda e vida digna está se tornando privilégio de uma minoria, se é que pode se considerar que o trabalho exista numa sociedade que o esmigalhou e o mercantilizou totalmente, reduzindo-o a tarefas simples e repetitivas, levando as pessoas a viverem boa parte de suas vidas executando uma rotina cansativa, alienadora, onde não possuem espaços para serem criativas, para aflorarem sua subjetividade, enfim, para serem realmente trabalhadores, o que contribuiria efetivamente para a formação deles enquanto cidadãos. O resultado de tudo isso é um aumento muito grande da violência física e moral; é a existência de um pequeno número de

dominadores que dominam uma gama enorme de pessoas; é uma sociedade não realizada, que se ressentida de uma das centralidades da vida, qual seja, o trabalho.

Será que a ES poderá se constituir num espaço capaz de (re)construir verdadeiras relações de trabalho, mesmo estando diante dessa problemática toda, de um mercado desregulamentado⁷ e flexibilizado⁸, onde a exclusão⁹ é vista com normalidade? Verdadeiras relações no sentido de devolver às pessoas a capacidade de ter como fruto de seus afazeres a satisfação, o prazer em trabalhar, a motivação pessoal, dentre outros, além do rendimento necessário a sobrevivência. Capaz ainda de ser um espaço para a evidencialização da subjetividade dos indivíduos, de aproximação das identidades individuais com a identidade coletiva, num processo que envolva protagonismo, numa construção conjunta, também no que diz respeito às relações de trabalho. A resposta parece ser positiva.

Pelos seus princípios, a ES parece ser mais do que um espaço de geração de renda, de desenvolvimento sustentável em termos de meio ambiente. Sua construção parece ser capaz de formatar espaços onde o ser humano possa se sustentar enquanto indivíduo, enquanto produto dele próprio e não apenas como

⁷ Entendemos desregulamentação como o conjunto de medidas que buscam esvaziar a capacidade de intervenção do Estado na economia, no mercado, retirando possíveis obstáculos que possam existir a autoregulação do mercado.

⁸ Flexibilização é tida pelos seus defensores como sinônimo de desregulamentação, como algo positivo, que torna as relações menos burocratizadas, o que geraria mais trabalho e emprego. Porém, conforme GOEMANN (2003), a realidade dos anos 90 mostram que não há relação direta entre flexibilização e geração de mais empregos.

⁹ Quando usamos a palavra exclusão a entendemos como “constituída por um processo cumulativo de vulnerabilidades econômicas, sociais, políticas, culturais e simbólicas, que promovem a marginalização e a ruptura dos laços sociais”, conforme define RODRIGUES, Eduardo V. de Almeida. O Estado-Providência e os processos de exclusão-social, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras, Universidade do Porto, I Série, Vol X, p. 5*. In: www.letras.up.pt/ds/eduardod.htm .

fruto de uma organização hegemônica, capaz de moldar padrões e comportamentos, a partir das relações de trabalho. Nota-se tais evidências uma vez que a lógica da ES vai na direção contrária a do capitalismo, ou seja, trabalha numa perspectiva de inclusão, da participação efetiva do grupo, no grupo e para com o todo. Enxerga a sociedade por completo, ao mesmo tempo em que deve respeitar subjetividade, criando um ambiente plural, apropriado para a formatação de identidades individuais e coletivas.

E é nessa perspectiva que a ES poderá ser capaz de devolver a sociedade a oportunidade de (re)construir relações de verdadeiro trabalho. Porém, todas as iniciativas da ES estão inseridas hoje num mercado que leva em conta apenas a eficiência econômica, totalmente liberalizado onde, para os defensores desta total liberdade do mercado, as milhares de empresas que chegam à falência são consideradas ineficientes e, portanto, não devem mesmo sobreviver. (SINGER apud GONZÁLEZ, 2000). Tais empreendimentos precisam concorrer com grandes empresas, voltadas única e exclusivamente ao acúmulo de capital, à eficiência econômica. Decorre daí, que precisam equilibrar sua finalidade econômica, e, principalmente, sua finalidade social, com a voracidade do mercado, sem perder os seus pilares básicos que são os princípios da ES, sob pena de continuar a precarizar o trabalho e a vida das pessoas.

Mas reeditar a existência do trabalho, resgatando a criatividade das pessoas, a liberdade de ações, o vínculo duradouro, o comprometimento, ou seja aspectos inerentes ao verdadeiro processo de trabalhar, é fundamental para a concretização da ES como alternativa social, econômica e cultural. E mais do que isso, conseguir re(construir) relações de verdadeiro trabalho acabará dando para as iniciativas da ES vantagens competitivas, mesmo no mercado capitalista atual. Esse fato pode ser constatado pois, para trabalhar num espaço de labor a pessoa precisa ser constantemente controlada e estimulada, por uma série de mecanismos, geralmente punitivos, o que gera um desperdício de energia e recursos muito grande.

Mais ainda, esse labor não permite que se acesse um banco de dados muito importante que são informações tácitas e informais, detidas na inteligência, na bagagem cultural, na perspectiva histórica de cada um dos trabalhadores, uma vez que alguns pensam e os demais apenas laboram. Nesta lógica do labor as pessoas têm, em relação a empresa, uma participação passiva, com um comportamento que necessita da autoridade para que possam agir, o que acaba se tornando um agir robotizado, distanciando o sujeito da ação (coletiva), passando ele a agir apenas numa lógica utilitarista, conforme já destacado. Muito se perde nesse processo e bastante se deixa de ganhar pela passividade dos envolvidos. Passando a gestão e as relações para uma lógica do trabalho verdadeiro, com dimensão plural, ter-se-á um espaço para sujeitos apreendentes, cooperativos e ativos, o que proporcionará uma organização apreendente, aberta, flexível, capaz de inovar sempre. É claro que essa pluralidade irá gerar conflitos, cuja solução exigirá dispêndios de energia, porém eles serão compensados pela participação ativa, compromisso efetivo e criatividade gerada. Fácil perceber que esta segunda lógica de gestão dá as organizações vantagens competitivas até mesmo em termos de mercado capitalista, bem como se adapta aos empreendimentos da ES e seus princípios.

Claro que tudo isso se for considerado condições ideais e, se sabe de antemão que as pessoas ainda têm muita dificuldade de entenderem a ES, e mais do que isso, mesmo após entendê-la, por seus princípios em prática parece ser ainda mais difícil. Mas é algo possível, que não deve ser abandonado, tanto que no presente multiplicam-se exemplos de experiências bem sucedidas.

A ES não pode se render a lógica do mercado atual. Aplicar mecanismos da gestão capitalista, ritualizando a participação por meio de voto em assembleias anuais, modelar a atuação dos membros de grupos, de empresas autogestionárias, de associações e cooperativas, ou de qualquer outro formato da ES, por meio da adoção de estatutos e regimentos engessados, pela adoção de programas de qualidade total que regem como

devem agir as pessoas, tudo em nome de uma eficiência capitalista, exigida pelo mercado, significa continuar com a lógica reducionista, racionalista. Se precisa sim criar verdadeiros espaços de participação e emancipação dentro das organizações da ES, mesmo que estes reduzam um pouco a eficiência (capitalista) do empreendimento. Fica então a clareza dos desafios e a escuridão de como e por onde vencê-los. Talvez seja necessário repensar a gestão, romper a lógica utilitarista, os compromissos meramente formais, a fragmentação dos espaços de trabalho, transformando a autoridade formal em natural, resgatando nas pessoas a capacidade de pensar e criar. Se tal paradigma de gestão não for rompido, o que se obterá serão relações de cooperação formais e, em todas as relações de cooperação formal, institucionalizada, está presente a lógica da racionalidade dos valores, das trocas mercantis. Estará presente então uma cooperação fragilizada, muito mais próxima das relações que embasam as trocas mercantis do que aquelas que perpassam e motivam as dádivas.

Enfim, a idéia de associar-se implica: adesão; visão do indivíduo, do seu lugar na sociedade; engajamento; e dimensão cultural (o modo como eu vou cooperar depende de minha dimensão cultural). Somente respeitando estas implicações é que poderá se obter uma cooperação qualificada, resultado da concertação de ações individuais e grupais que se objetivam no estabelecimento de acordos derivados de uma adesão e de um comprometimento em torno de um objetivo comum, livremente decidido pelas pessoas, cujo sentido da ação é a solução de um problema, de modo a incluir e ampliar os espaços de autonomia e emancipação. Desta forma a ES poderá estar (re)construindo verdadeiras relações de trabalho, capazes de incluir os indivíduos nas mais diversas dimensões (econômica, social, cultural, política); de garantir uma qualidade de vida às pessoas sem ter que excluir outras; de tornar a sociedade mais justa e fazer do trabalho uma das centralidades positivas da vida humana, ou pelo menos, capaz de devolver as pessoas a capacidade de poderem sonhar com esta perspectiva, fazendo com que abandonem a

passividade com que aceitam o mundo do trabalho reduzido ao labor, que está fortemente presente hoje, fazendo-as buscar a mudança dessa configuração.

Agir imediatamente é importante sim, mas sonhar com o mundo do verdadeiro trabalho, não perder de vista a possibilidade de uma outra economia, de um outro trabalhar é mais do que necessário, é indispensável na busca de um desenvolvimento sustentável, mais igualitário em termos de participação e também, no tocante a distribuição dos seus benefícios. Se a ES conseguir avançar no sentido de (re)construir o verdadeiro trabalho, estará dando importante contribuição não apenas para este mundo (do trabalho), mas sim, estará influenciando positivamente uma questão central na sociedade atual, fomentando uma transformação social, na direção de uma sociedade de indivíduos responsáveis socialmente e realizados enquanto cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* - ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BIROU, Alain. *Vocabulaire Pratique des Sciences Sociales*. Paris: Les Editions Ouviares, 1966. – Tradução: Alexandre Gaspar, Isabel Madureira Pinto, Linda Xavier e Maria Manuela Menezes.

CAILLÈ, Alain; e GODBOUT, Jacques T. *O Espírito da Dádiva*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CATTANI, Antônio David (Org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

FRIEDMANN, Georges. *O Trabalho em Migalhas: especialização e lazeres*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

GODBOUT, Jacques T; CAILLÈ, Alain. *O Espírito da Dádiva*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina De Andrade. *Sociologia Geral*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

MAIA, Raul (et all). *Programa Auxiliar de Pesquisa Estudantil*. São Paulo: Artestilo Compositora Gráfica Ltda, 1980.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TESCH, Walter. *Cooperativismo de Trabalho: alternativa ao desemprego*. São Paulo: Laser Press, 1995.